

## DUAS TESES SOBRE A EVOLUÇÃO DO EXCEDENTE NO CAPITALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES DE ORDEM POLÍTICA

ANTONIO CARLOS DE MORAES<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de firmar uma contribuição para o debate que envolve a natureza das crises capitalistas, evidenciando as dimensões da *possibilidade geral* e das *causas reais* das crises, o que é fundamental para a sistematização do debate e para a avaliação das implicações de ordem política em decorrência das crises. Dentro deste propósito, a reflexão lança mão de dois trabalhos importantes que concorrem na identificação das dificuldades do capitalismo. O primeiro deles, *Capitalismo monopolista* (Baran e Sweezy, 1974), foi publicado em sua primeira versão em 1966, e o segundo, *O capitalismo tardio* (Mandel, 1982), em 1972, com bastante proximidade, portanto. A preocupação com a evolução do excedente constitui o eixo principal desses dois trabalhos que oferecem respostas diferentes sobre o assunto. Pode-se dizer, com o intuito de nortear a leitura deste artigo, que as teses em questão se distanciam na

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da PUC-SP e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP.

<sup>2</sup> No capítulo XII, seção 4, "División del trabajo dentro de la manufactura y división del trabajo dentro de la sociedad", *Livro terceiro*, Marx afirma que as diversas esferas de produção operam segundo um nexo interno, com características de um sistema primitivo e natural, que busca equilibrar a produção de valores de uso com as necessidades sociais, cujo volume varia quantitativamente. A "lei do valor" das mercadorias é que irá determinar as parcelas do total de tempo de trabalho disponível destinadas à produção de cada classe de mercadorias (Marx, 1975: *Livro terceiro*, 289). Com base nessa definição dada por Marx, Mandel atribui um duplo papel à lei do valor em uma sociedade de produção de mercadorias: 1) proporcionar um modelo objetivo para regular a distribuição das forças de produção entre os diversos setores da economia, visando assegurar um equilíbrio periódico, além de uma produção e reprodução relativamente contínuas; 2) garantir que essa distribuição das forças de produção tenha uma correspondência aproximada com a estrutura da demanda final (Mandel, 1982:370).

Antonio Carlos de Moraes

forma como vêem o poder de determinação da “lei do valor”<sup>3</sup> sobre a dinâmica da acumulação capitalista.

**Palavras-chave:** acumulação capitalista, excedente econômico, capitalismo monopolista.

**Classificação JEL:** O11.

#### TWO THESIS ABOUT THE SURPLUS EVOLUTION IN CAPITALISM AND YOURS POLITCS IMPLICATIONS.

**Abstract:** This paper has the purpose of contribute to the debate about the nature of the capitalists crisis, detaching the dimension of *general possibility* and *real causes*. The reflection take two very importants works: *Monopolist capitalism* (Baran and Sweezy, 1974), published in 1966, and *The tardy capitalism* (Mandel, 1982), published in 1972, therefore, very near. The principal axle of this works is a preoccupation whit the surplus evolution, offering differents answers to the theme. We can say that this thesis diverge in the view point about the “value law” actuacion about the dynamics of capitalist accumulation.

**Key words:** capitalist accumulation, economic surplus, monopolist capitalism.

**Jel classification:** O11.— Macroeconomic Analysis of Economic Development

### 1. Baran e Sweezy: a armadilha da realização do excedente

Para os autores de *Capitalismo monopolista*,<sup>2</sup> o excedente apresenta uma tendência crescente no capitalismo, que se deve fundamentalmente às características da concorrência monopolista. Nessas

<sup>3</sup> Segundo Baran e Sweezy, “capitalismo monopolista é um sistema constituído de empresas gigantes” (Baran e Sweezy, 1974:60). Com esta definição esses autores iniciam o capítulo 3, “A tendência ao crescimento do excedente”, que juntamente com o capítulo 4, “A absorção do excedente: consumo e investimento capitalistas”, constituem a referência da análise desenvolvida na presente seção deste trabalho.

condições, as grandes empresas, dentro de determinadas margens definidas pelo grau de monopólio, atuam como *price maker*, ou seja, guardam o atributo de fixar os preços de mercado.

A escolha dos preços dentro das referidas margens obedece a uma lógica típica dos oligopólios, que é a estrutura de mercado dominante na atual fase monopolista do capitalismo. Numa situação de monopólio puro, argumentam Baran e Sweezy com base na teoria tradicional sobre o monopólio, o monopolista, como não sofre a concorrência de nenhum vendedor rival, poderá praticar uma política de redução de preços, pelo menos até o ponto em que a receita obtida pela venda de uma unidade extra iguale o custo correspondente à produção dessa unidade.

Porém, na situação mais comum, que é a de oligopólio, se uma determinada empresa tomar a iniciativa de provocar a concorrência a partir de uma redução no preço de seu produto, deverá dar início a uma reação em cadeia na mesma direção por parte de seus rivais. Inevitavelmente, a receita global da indústria conformada por esses grandes concorrentes sofrerá uma redução, transferindo, dessa forma, uma parcela correspondente da receita aos consumidores através de menores preços. Como conseqüência, afirmam os autores: “no oligopólio, os preços tendem a ser mais constantes no aspecto decrescente do que no aspecto ascendente, e tal fato introduz uma significativa tendência ascendente no nível geral de preços numa economia de capitalismo monopolista” (Baran e Sweezy, 1974:70).

A essa característica de preços ascendentes no capitalismo monopolista associa-se uma tendência decrescente dos custos de produção. A política de redução de custos impõe-se aos oligopólios, pois pode garantir às empresas que concretizam ações redutoras de custo uma postura mais agressiva perante os concorrentes, permitindo a prática de fornecimento de crédito mais favorável, a destinação de maior volume de recursos para a publicidade e até mesmo a concessão de descontos especiais.

Argumentam ainda Baran e Sweezy que a tendência à queda de custos é endêmica no capitalismo monopolista, o que se deve às exigências da concorrência extrapreço nas indústrias de bens de produção. A agricultura é um notável exemplo, levando-se em conta a redução de custos observada nos anos 1950 e 1960, motivada pela contribuição

dos fabricantes de máquinas e insumos agrícolas. Na indústria também é inegável o esforço dos produtores de máquinas, ferramentas, computadores e materiais em criar produtos que garantam a seus clientes que produzam com menores custos. Nas palavras dos próprios autores: “os fabricantes de bens de produção obtêm mais lucros ajudando os outros a também obter mais lucros” (Baran e Sweezy, 1974:78). Dentro da estrutura oligopolista dos mercados, as reduções de custo, que são provenientes de aumentos de produtividade, se convertem obrigatoriamente na elevação dos lucros.

Tem-se então, como característica do capitalismo monopolista em que predominam estruturas oligopolistas de mercado, dois movimentos que convergem para insuflar os lucros e garantir, portanto, um comportamento crescente para o excedente: de um lado observam-se condições favoráveis na determinação dos preços consubstanciada no poder de monopólio das grandes empresas e na política de concorrência que não se centra em uma guerra de preços; de outro, motivações iminentes postas pela concorrência fustigam as empresas na busca pela redução dos custos. O reconhecimento desses elementos levam Baran e Sweezy a substituírem “a lei do lucro decrescente pela do excedente crescente” (Baran e Sweezy, 1974:79),<sup>4</sup> o que em última instância significa negar a *possibilidade geral da crise* numa das formas sustentadas por Marx no *Livro terceiro*.

Desenvolver argumentos para negar a “lei da tendência decrescente da taxa de lucro” parece não ter sido uma tarefa tão difícil para Baran e Sweezy. O maior desafio viria obrigatoriamente a seguir, ou seja: como se safar da armadilha de negar um erro de construção do capitalismo e procurar manter uma postura crítica a esse modo de produção? Outra alternativa não restou, a não ser procurar abrigo em outra armadilha, qual seja: a da realização.

Lembrando o viés subconsumista adotado por Rosa Luxemburgo na leitura d’*O capital*, Baran e Sweezy vão buscar na problemática da

---

<sup>4</sup> Os autores em questão são taxativos: “Se igualarmos provisoriamente os lucros globais com o excedente econômico da sociedade, poderemos formular, como uma lei do capitalismo monopolista, o fato de que o excedente tende a elevar-se tanto absoluta como relativamente, à medida que o sistema se desenvolve” (Baran e Sweezy, 1974:79).

absorção do excedente o grande drama do capitalismo. Os autores negam então a dimensão da *possibilidade geral da crise* e assumem uma *causa real* – a realização – como o fulcro das dificuldades do capitalismo.

Investigando as possibilidades de uma absorção sistemática do excedente, sérias dificuldades são encontradas. Primeiramente, os autores reconhecem que, além do crescimento do excedente, deve ser observado que a parcela deste crescimento destinada ao investimento tende a elevar-se como proporção da renda total da economia. Para justificar essa afirmativa, concorre o fato de que a maioria das grandes empresas adota uma política de distribuição de dividendos que não acompanha a elevação dos lucros. Se o consumo dos capitalistas sustenta-se na parcela distribuída dos lucros, pode crescer em termos absolutos, mas não como uma proporção de renda. O consumo dos capitalistas, portanto, não se apresenta como uma saída para a absorção do excedente gerado no âmbito da produção capitalista. Uma primeira porta cerra-se.

Uma segunda possibilidade quanto à absorção do excedente passa a ser explorada por Baran e Sweezy: o próprio sistema de produção garantiria condições de uma absorção tipicamente endógena da parcela do excedente destinada ao investimento?

Os autores reconhecem que a persistência do investimento de uma parcela crescente do excedente resulta em uma situação em que “a capacidade de produção da economia cresce mais rapidamente do que seu produto” (Baran e Sweezy, 1974:88). Admitem também que a manutenção de um ritmo de investimento que distancie cada vez mais a capacidade de produção do produto e do padrão de consumo não pode persistir indefinidamente. Quando a capacidade excedente tornar-se demasiadamente grande, passará a ocorrer um desestímulo a qualquer novo investimento, confirmando o caráter autolimitador dessa dinâmica espontânea. “É o início de uma recessão ou depressão” (Baran e Sweezy, 1974:88).

Esse raciocínio pressupõe uma economia funcionando na busca do pleno emprego, o que, na concepção de Baran e Sweezy, não é a regra que prevalece em uma economia em que predominam as práticas monopolistas. Serão observados momentos em que a economia opera em níveis inferiores à sua plena capacidade e se caracterizam

por um rápido declínio da parcela do excedente que busca investimentos com relação ao produto e por uma elevação da relação entre o consumo e esse mesmo produto. Quando a parcela do excedente que busca o consumo é totalmente absorvida, atinge-se um equilíbrio temporário que será sucedido por um período de expansão em que novamente o excedente apresentará um crescimento rápido, evoluindo em termos absolutos e relativos ante o produto, voltando a atingir uma situação em que supera as possibilidades de investimento existentes. Este ponto, segundo Baran e Sweezy, pode ser alcançado muito antes da circunvizinhança do pleno emprego. A ausência de mecanismos endógenos que garantam a absorção persistente da parcela do excedente destinada ao investimento é dessa forma constatada pelos autores. Cerra-se outra porta.

Na impossibilidade de uma solução endógena que garanta a absorção do excedente, Baran e Sweezy passam a investigar alternativas de investimento exógeno que possam dar conta da fluidez do processo de acumulação de capital.<sup>5</sup> Três tipos de investimento passam a ser investigados, sendo o primeiro deles o *investimento para atender às necessidades de uma população em crescimento*. Com base no argumento de que é a prosperidade que intensifica a taxa de natalidade, particularmente observando o que ocorreu nos Estados Unidos nos anos 1940 e 1950, o crescimento da população é descartado como uma fonte potencial de estímulo ao investimento. Baran e Sweezy lembram ainda Kalecki, segundo o qual a capacidade aquisitiva da população é o que conta para a dinâmica capitalista.<sup>6</sup>

Uma segunda possibilidade estaria centrada nos *investimentos em novos métodos de produção e novos produtos*. Por uma série de razões esta frente não é reconhecida como uma solução satisfatória para dinamizar o fluxo dos investimentos. A inovação tecnológica,

<sup>5</sup> Sobre esta etapa da análise, ver Baran e Sweezy, 1974: seção 4, capítulo 4.

<sup>6</sup> “O importante neste contexto não é um aumento da população, mas da capacidade aquisitiva. O aumento do número de pobres não amplia o mercado. Por exemplo, a maior população não significa necessariamente uma maior procura de casas; pois, sem um aumento na capacidade aquisitiva, o resultado bem pode ser a acumulação de maior número de pessoas no espaço residencial existente” (Kalecki, apud Baran e Sweezy, 1974:95).

concretizada na adoção de novos processos de produção ou no surgimento de novos produtos, significaria novas oportunidades de investimento e uma conseqüente elevação na taxa de crescimento, num regime de concorrência clássica, anterior à fase do capitalismo monopolista. Segundo Baran e Sweezy, no estágio da concorrência em que prevalecem as estruturas oligopolistas, não se observam os mesmos efeitos das inovações tecnológicas. Há que se reconhecer inicialmente que no capitalismo monopolista as grandes empresas formam consideráveis fundos de depreciação, que cumprem também o papel de financiar os investimentos, a despeito do excedente que venha a ser gerado. Além disso, o progresso tecnológico pode atuar mais no sentido de determinar a forma do investimento e não seu volume, que é o caso de inovações que conduzem à intensificação do uso dos equipamentos existentes e não necessariamente à sua própria substituição.<sup>7</sup> Não se caracteriza, enfim, uma correlação entre a evolução do progresso técnico e o volume dos investimentos. “Nossa conclusão é que o progresso tecnológico, tal como o crescimento demográfico, provavelmente não fará uma contribuição significativa para a solução do problema da absorção do excedente” (Baran e Sweezy, 1974:109).

Uma terceira e última possível fonte exógena que poderia viabilizar a absorção do excedente seria o *investimento no exterior*. Neste caso o exterior designa as áreas economicamente subdesenvolvidas que poderiam se apresentar como um escoadouro do excedente disponível para investimento no setor formado pelas grandes empresas. Baran e Sweezy, sem maiores dificuldades, concluem que esse veio poderia ter cumprido um papel importante como sorvedouro de excedente na fase competitiva da economia britânica, em que ocorreu de fato uma significativa exportação líquida de capital. Entretanto, já no período situado entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, conforme afirmam os autores, a renda oriunda dos investimentos no estrangeiro supe-

---

<sup>7</sup> Os autores citam o exemplo da introdução do método de fabricação de aço através da injeção de oxigênio nos fornos existentes, requerendo apenas a modificação de seu revestimento para aumentar a resistência ao calor, propiciando uma redução do tempo de aquecimento e uma elevação da capacidade dos fornos em mais de 50% (Baran e Sweezy, 1974:102).

raram em muito as exportações de capital.<sup>8</sup> Também nos Estados Unidos, no período 1950-1963, dados oficiais indicam uma saída líquida de capital da ordem de 17,4 bilhões de dólares, cuja renda, no mesmo período, representou um ingresso de 29,4 bilhões.<sup>9</sup> Diante dessas constatações, para os autores, “a única conclusão possível é que o investimento no exterior, longe de ser um escoadouro para o excedente criado internamente, é um recurso dos mais eficientes para a transferência do excedente gerado no exterior para o país investidor” (Baran e Sweezy, 1974:112).

Na medida em que as alternativas acima consideradas, que poderiam figurar como soluções exógenas para a absorção do excedente disponível para o investimento, são descartadas, cerra-se outra porta às pretensões do capitalismo poder avançar com harmonia por meio de seu processo de reprodução ampliada.

Outra alternativa não resta a Baran e Sweezy que não a de reconhecer o caráter autocontraditório presente no capitalismo monopolista, “que tende a criar um excedente cada vez maior, embora não consiga proporcionar o consumo e o investimento exigidos para absorção do excedente crescente e, portanto, para o funcionamento tranquilo do sistema *Entregue a si mesmo – ou seja, na ausência de forças neutralizantes que não são parte do que se possa chamar de ‘lógica elementar’ do sistema –, o capitalismo monopolista se afundaria cada vez mais na depressão crônica*” (Baran e Sweezy, 1974:113) (grifo do autor).

As forças neutralizantes acima referidas existem, segundo os autores, e são responsáveis pelo sistema capitalista não ter ainda atingido sua ruptura. São elas: os gastos com campanhas de vendas promovidas pelas grandes empresas, o dispêndio governamental de caráter civil e o dispêndio governamental de caráter militar. Nenhuma dessas forças é apresentada como solução desejável e definitiva, o que permi-

<sup>8</sup> “Segundo as estimativas, entre 1870 e 1913, a exportação líquida de capital totalizou 2,4 bilhões de libras, enquanto a renda recebida dos investimentos no exterior elevou-se a 4,1 bilhões de libras: a exportação de capital foi, assim, de apenas três quintos da renda obtida” (Baran e Sweezy, 1974:110).

<sup>9</sup> A fonte mencionada pelos autores é o United States Department of Commerce, Survey of Current Business, novembro de 1954 (Baran e Sweezy, 1974:112).



te interpretar que a contradição entre a produção ou geração de excedente, e o consumo, persiste como um problema estrutural do capitalismo, confirmando a visão subconsumista de Baran e Sweezy.

Marx também reconhecia, evidentemente, a insuficiência do consumo como um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo.<sup>10</sup> Entretanto, cabe lembrar que dentro da perspectiva subconsumista, as dificuldades de realização são vistas como fenômeno, na dimensão das *causas reais da crise*, não compondo a configuração da *possibilidade geral da crise*. Esta última dimensão revela que as dificuldades de o excedente encontrar um escoadouro são precedidas por dificuldades postas pela antítese implícita na mercadoria entre valor de uso e valor de troca e pelo conflito imanente entre capital e trabalho, que transforma a obsessão pelo lucro em uma tendência que o deprime.

Reparar esses erros, superar essas contradições aponta para uma revolução no modo de vida dos homens e das mulheres, isto é, nas relações de produção capitalistas. Quando o erro de construção do capitalismo é localizado na sua superfície, na dimensão dos fenômenos, das *causas reais da crise*, cria-se um espaço em que fermentam ilusões sobre a solução dos problemas crônicos do capitalismo, como a inflação, o desenvolvimento auto-sustentado, a corrupção, a desigualdade, a não-liberdade e a exclusão, enfim, sob todas suas formas.

## **2. Mandel: a onipotência da lei do valor e os dilemas do capitalismo tardio<sup>11</sup>**

Como foi dito no início desta seção, o ponto central da contraposição entre as idéias de Baran e Sweezy, de um lado, e de Mandel, de outro,

<sup>10</sup> Sobre este reconhecimento de Marx, vale explicitar a seguinte citação: “A razão última de toda verdadeira crise é sempre a pobreza e a capacidade restrita de consumo das massas, com o que contrasta a tendência da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se não tivessem mais limite que a capacidade absoluta de consumo da sociedade” (Marx, 1975: *Livro terceiro*, 455).

<sup>11</sup> “O capitalismo tardio marca um período histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista em que a contradição entre o crescimento das forças produtivas e a sobrevivência das relações de produção capitalistas assume

diz respeito à forma como esses autores vêem o poder de determinação da “lei do valor” sobre a dinâmica da acumulação capitalista. Na perspectiva dos primeiros, na medida em que o capitalismo monopolista consegue sustentar um excedente crescente, superando, portanto, as pressões postas pela lei da tendência declinante da taxa de lucro, fica caracterizada a possibilidade de regulação sobre os efeitos da lei do valor, o que permite conter o desenvolvimento das contradições iminentes do capitalismo e suas manifestações, sendo uma delas a pressão para a baixa da taxa de lucro. Para Mandel, a natureza da ordem social e econômica do capitalismo monopolista<sup>12</sup> permanece capitalista e o esforço do autor concentra-se justamente em mostrar sob que formas a lei do valor prevalece nessa ordem.

As tentativas de construir um “capitalismo organizado”, amparado pela interferência do Estado e pela formação de monopólios em determinados setores, devem ser vistas como manifestações da natureza contraditória da produção capitalista. Apoiando-se em Marx,<sup>13</sup> Mandel lembra que o processo de valorização de capital, por força de suas contradições, desenvolve-se livremente até certo limite, constituindo na verdade, uma barreira imanente à produção. A persistente recorrência ao sistema de crédito revela a necessidade permanente do processo de reprodução do capital ter de contornar seus limites.

---

uma forma explosiva” (Mandel, 1982:393). O autor explicita ainda o conceito de relações de produção baseado em Marx, segundo o qual são “relações que os homens contraem em seu processo social de vida, na criação de sua vida social” (Marx, 1975: *Livro terceiro*, 811), ou, ainda, “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (Marx, 1978:129-30).

<sup>12</sup> Segundo Mandel, o conceito de capitalismo monopolista “indica a combinação *inédita e específica* de concorrência e monopólio que surge de um aumento *qualitativo* da concentração e centralização de capital” (Mandel, 1982:371).

<sup>13</sup> Sobre esta passagem da análise de Mandel, ver Marx, 1975: *Livro terceiro*, capítulo XXVII.

Por isso, aquele sistema apresenta-se como o principal suporte da superprodução e da grande expansão do comércio.

O sistema de crédito é também fundamental para a transformação das empresas privadas em sociedades anônimas, implicando que uma parcela significativa do capital social deixe de ser empregada pelos seus proprietários, que operam com mais zelo dentro dos limites de seu capital privado. Pessoas não proprietárias passam a manejar aquela parcela sem a mesma acuidade, o que evidencia o limite do “livre” desenvolvimento do processo de valorização. O crédito acelera ainda o avanço das forças produtivas que convergem para a formação do mercado mundial, o que, para Marx, constitui uma missão histórica do capitalismo e significa também a aceleração das explosões violentas de suas contradições, ou seja, as crises que trazem os elementos de dissolução desse regime de produção (Marx, 1975: *Livro terceiro*, 419).

A partir dessa perspectiva, Mandel considera que todos os esforços de regulação, de iniciativa dos governos, ou decorrentes da constituição dos monopólios, caracterizam tentativas de contornar temporariamente a operação da lei do valor, sem conseguir, entretanto, livrar o capitalismo do caráter imanente de suas crises e procura mostrar a impossibilidade de os monopólios escaparem dos ditames da lei do valor sob os pontos de vista do valor de troca e do valor de uso. No primeiro caso, a primazia dos monopólios sobre o setor não monopolista pode ser obtida por duas vias, ou pela combinação de ambas, quais sejam: através de um aumento da taxa social da mais-valia ou através da redução do volume do lucro do setor não monopolista.

As possibilidades postas pelo aumento da taxa social da mais-valia esgotam-se nas contradições que essa via produz, impulsionando a acumulação do capital, de um lado, e reduzindo a participação do trabalho vivo no total do produto social, de outro. Por força da ação da lei da tendência declinante da taxa de lucro, Mandel conclui: “Como somente o trabalho vivo produz mais-valia, é apenas uma questão de tempo antes que o aumento da composição orgânica do capital, provocado pela acumulação acelerada, ultrapasse o aumento da taxa de mais-valia. Nesse momento, a taxa de lucro - inclusive a dos monopólios - começa a cair de novo” (Mandel, 1982:372).

Explorando agora a segunda via, em que se supõe uma redução do volume do lucro do setor não monopolista, deve ocorrer uma

redistribuição da mais-valia socialmente produzida, extremamente favorável ao setor monopolista, para deter a queda em sua taxa de lucro. Valendo-se dos recursos de um exercício numérico a partir do esquema marxista de reprodução do capital, identificando DI como o setor monopolista e DII como não monopolista, Mandel demonstra a inviabilidade dessa alternativa.<sup>14</sup>

Atribuindo inicialmente ao DI uma taxa de lucro de monopólio superior à taxa de lucro média apurada em regime de livre concorrência, o exercício evidencia que, ao fim de alguns ciclos do processo de reprodução, mesmo zerando a taxa de lucro do DII, a taxa de lucro do DI reduz-se a níveis inferiores ao da taxa de lucro de monopólio com que a simulação foi iniciada. Esta queda é motivada por uma inevitável elevação da composição orgânica do capital decorrente da realocação do excedente no processo de reprodução ampliada. Conclui ainda Mandel que quanto maior o setor monopolizado e quanto maior sua taxa de lucro com relação à taxa média de lucro, mais rapidamente a primeira cairá na direção da segunda.

Sob o ponto de vista do valor de uso, um processo de transferência sistemática de mais-valia do setor não monopolista para o setor monopolista também revela seus limites inevitáveis. Tal processo só alcançaria uma maior duração caso ocorresse um deslocamento da demanda monetária correspondente ao deslocamento do consumo dos valores de uso que se transferem do setor não monopolista para o monopolista. Embora, segundo Mandel, esse fenômeno tivesse ocorrido no contexto do capitalismo tardio, principalmente a partir da contenção relativa da demanda por bens de setores tradicionais como o agrícola e o têxtil, existem limites fisiológicos para “assegurar um *declínio relativo durável* da demanda de bens produzidos pelos setores não monopolizados” (Mandel, 1982:376). São lembrados os casos do consumo de alimentos e de roupas, que não podem cair a zero.

Uma outra dificuldade que se põe ao referido processo de transferência de demanda, está na necessária redistribuição da mais-valia do setor não monopolista para o monopolista, nas mesmas propor-

<sup>14</sup> Para apreciação do desenvolvimento integral desse exercício, ver Mandel, 1982:372-5.

ções do deslocamento da demanda. Mandel assinala que em uma economia de mercado, em que prevalece a propriedade privada, esse tipo de ajuste é impossível de ser conseguido.

Diante desse conjunto de dificuldades, Mandel destaca ainda a possibilidade dos monopólios explorarem a diversificação de produtos para combater o declínio da demanda decorrente de um aquecimento da concorrência dentro do próprio setor, visto que os limites para pressionar os lucros do setor não monopolista são claros. Os elevados gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) evidenciam a tentativa do setor monopolista de ampliar o espectro da produção social, o que nada resolveu, além de conduzir sua taxa de lucro na direção da taxa média. A fuga de capitais monopolistas para setores com taxa igual ou inferior à taxa média de lucro também é apresentada como uma possibilidade, na medida em que os monopólios têm autonomia para a escolha do campo de investimentos. Entretanto, como argumenta o próprio Mandel, uma atitude sistemática nesse sentido inevitavelmente aponta para uma redução da taxa de lucro dos monopólios (Mandel, 1982:378).

Enfim, o setor monopolista pode retardar as influências da lei do valor sobre sua taxa de lucro, mas não eliminá-la, como já ficou entredito. Comentando um trabalho de Joe Bain<sup>15</sup> sobre a existência de duas taxas médias de lucro, registrando uma taxa maior nos ramos em que predominam as grandes empresas, Mandel reitera sua posição. Reconhece que a dualidade das taxas de lucro resistia por um período de tempo maior na fase concorrencial do capitalismo (um ciclo de 7 a 10 anos), requerendo em sua fase monopolista um tempo maior para equiparação das taxas. Entretanto, essa equiparação é inevitável, pois no final das ondas expansionistas de longa duração, o setor não monopolista tende a se contrair, reduzindo a fonte de superlucros e aproximando o lucro monopolista do lucro médio.

<sup>15</sup> Mandel se refere aos seguintes trabalhos: BAIN, J. S. Relation of profit rate to industrial concentration: American manufacturing: 1936-1940. In: *The Quarterly Journal of Economics*, agosto de 1951. BAIN, J. S. *Barriers to New Competition*, Harvard, 1965. Para completar sua análise estatística, Mandel faz referências também ao *Statistical Abstract of the United States*, 1961, 1971 e 1973 (Mandel, 1972:381).

Além desta movimentação do capital monopolista para o setor não monopolista, Mandel lembra que a concorrência no setor monopolista “pode ser limitada, *mas não pode ser eliminada*” (Mandel, 1982:380). Dentro dele, o capital fluirá para a busca de melhores taxas de lucro verificadas em determinados ramos e a ocorrência de superlucros estimulará a introdução de bens substitutos, caracterizando duas forças que acabam por produzir uma equiparação da taxa de lucro no âmbito do próprio setor monopolista.

Os esforços de regulação que emergem da ação dos governos no contexto de um Estado capitalista também não são considerados suficientes para garantir uma elevação da taxa de lucro e uma persistente expansão do mercado. Observando que o Estado no capitalismo tardio continua representando os interesses do estrato socioeconômico dominante da classe burguesa, para Mandel, as intervenções voltadas ao estímulo do processo de acumulação não liberam o capitalismo da lei do valor. As tentativas do Estado em regular o comportamento cíclico do capitalismo obtiveram sucesso, reconhece Mandel, em razão de uma “autonomia relativa das várias zonas monetárias nacionais das grandes potências imperialistas, na medida em que a moeda da maior potência imperialista, o dólar americano, pudesse funcionar como moeda mundial ao lado do ouro” (Mandel, 1982:391-2).

A revolução tecnológica associada à onda expansionista do pós-guerra acelerou a concentração técnica e a centralização financeira do capital, que atribui à firma de caráter multinacional um papel relevante como formato de organização empresarial no capitalismo tardio. Com isso ficou reduzida a influência do Estado sobre o processo decisório das grandes empresas e, enfraquecido o próprio papel regulador das políticas monetária e creditícia de âmbito nacional. Além disso, a função do dólar como moeda mundial está comprometida, em razão das dificuldades encontradas pelo processo de valorização do capital nos Estados Unidos.

Esse enfraquecimento do papel regulador do Estado capitalista convive, por outro lado, com uma crescente centralização estatal da mais-valia, imposta pela rapidez do desenvolvimento tecnológico. A voracidade com que surgem os novos métodos de produção, revolucionando as formas como se dá a socialização objetiva do trabalho, supera a velocidade da centralização do capital, encontrando na proprie-

dade privada, bem como na apropriação privada de mais-valia, um obstáculo crescente ao desenvolvimento das forças produtivas. Através da centralização da mais-valia, o Estado consegue uma melhor adaptação à socialização objetiva do trabalho, sem, entretanto, conseguir acompanhar o avanço tecnológico nas mesmas medidas. Conclui então Mandel: “O fortalecimento do Estado no capitalismo tardio é, portanto, uma expressão da tentativa de o capital superar suas contradições internas cada vez mais explosivas e ao mesmo tempo é expressão do fracasso necessário dessa tentativa” (Mandel, 1982:405).

O caráter profundo da crise das relações de produção capitalistas, característica relevante do estágio da evolução do capitalismo que Mandel denomina “tardio”, manifesta-se num processo de “contestação global” contra essas mesmas relações de produção. São três as formas de contestação identificadas por Mandel:<sup>16</sup> pressão das massas assalariadas contra a crescente contradição entre a abundância de bens de consumo e a escassez dos serviços coletivos, cuja produção e distribuição não podem ser satisfatoriamente equacionadas pela produção mercantil capitalista; pressão das massas assalariadas também pela socialização das decisões de investimento que afetam o emprego e a renda, que, dentro da lógica da concorrência monopolista, são tomadas em âmbito muito restrito, circunscrito a um pequeno número de diretores das grandes empresas; finalmente, denúncia popular contra a contradição entre a crescente dependência das grandes empresas da ajuda do Estado em períodos de recessão e a manutenção do sigilo bancário e comercial dessas mesmas empresas.

Firmando seu entendimento sobre o caráter imanente da crise das relações de produção capitalista, o que podemos entender como o reconhecimento da dimensão da *possibilidade geral da crise*, Mandel não vê solução para os problemas do capitalismo dentro de seus próprios marcos. “Todos esses terríveis problemas continuarão insolúveis enquanto o controle das forças produtivas não for arrancado das mãos do capital... a abolição final das relações de produção capitalis-

<sup>16</sup> Cabe observar que *O capitalismo tardio* foi concluído em 1972, em sua versão original, o que permite situar o contexto histórico que oferece as referências para as formas de contestação apresentadas por Mandel.

tas será o objetivo central do movimento revolucionário das massas proletárias internacionais que se avizinha” (Mandel, 1982:410). Como se vê, reconhecer a dimensão da *possibilidade geral da crise* ou acreditar que os problemas fundamentais do capitalismo estão no plano das *causas reais* não significa apenas uma diferenciação de posicionamento teórico, mas implica díspares conseqüências sob a ótica da perspectiva política.

### 3. Conclusão

Ao longo da apresentação e análise dos trabalhos que consubstanciam este artigo, algumas reflexões importantes já foram explicitadas, mas vale retomá-las com foco mais preciso. Um primeiro aspecto que merece ser sublinhado diz respeito à propriedade que a teoria econômica guarda em oferecer interpretações divergentes sobre um mesmo fenômeno. Baran e Sweezy, de um lado, e Mandel, de outro, apreenderam de forma diferente a análise de Marx sobre a dinâmica de geração de excedente no regime de produção capitalista. Enquanto Mandel assume a prevalência da lei da tendência declinante da taxa de lucro, concretizando os efeitos da lei do valor, Baran e Sweezy vêm na estrutura funcional do capitalismo monopolista a possibilidade de conter o declínio da taxa de lucro por meio de recursos regulatórios que limitam a veracidade da lei do valor. É oportuno observar que são duas interpretações enquadradas dentro da matriz teórica marxista, principalmente se levarmos em conta o conjunto da obra dos autores em questão.<sup>17</sup> Ainda assim, fica evidente que o caráter social que a ciência econômica tem, ou pelo menos deveria ter, amplia o campo das possibilidades de reflexão sobre os fenômenos de ordem econômica que afetam nossa vida, e aumenta também a responsabilidade acadêmica no empreendimento de firmar as interpretações mais corretas para orientar as ações mais justas.

Sobre este último aspecto, os conteúdos dos dois trabalhos contemplados neste artigo apontam claramente para direções diferentes no

---

<sup>17</sup> Sob o ponto de vista do autor deste artigo, Mandel se mantém mais fiel à leitura de *O capital*.



encaminhamento de soluções sobre as dificuldades do capitalismo. Quando a questão da realização do excedente é tomada como o entrave principal à dinâmica da acumulação de capital, abrem-se amplas possibilidades de gestão sobre a demanda comandada pelo Estado, que, como Estado burguês, não se intimidará perante as dificuldades de viabilizar essa gestão, implementando reformas políticas, administrativas e econômicas, que foi traço característico do século XX e permanece no início do século XXI. Os custos sociais são sempre subestimados dentro desta vertente, enquanto as vantagens políticas de se continuar nos trilhos do regime de produção capitalista são consideradas prioridade zero. Quando a dificuldade central do capitalismo é identificada no âmbito da produção, denotando um problema estrutural e revelando uma lógica imanente contraditória, a solução apontada transborda os limites do capitalismo com o questionamento das relações de produção e o vislumbre de mudanças radicais, que apontam para a construção de uma sociedade diferente. Quando a discussão toma este último rumo, os benefícios sociais de uma transformação são denegados e as vantagens políticas de se continuar conduzindo a humanidade sob a égide do capitalismo continua merecendo prioridade zero.

Como se vê, existem desafios de grande responsabilidade para os cientistas sociais, inclusive os economistas, que precisam reorganizar suas agendas, sacrificando um pouco do tempo que vem sendo dedicado à análise dos índices e à construção de modelos para estimar sua volatilidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril, 1982.

MARX, K. **El capital: crítica de la economía política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

\_\_\_\_\_. Para a crítica da economia política. In: **Marx**. São Paulo: Abril, 1978. (Coleção Os Pensadores.)